

STJ00101959

Vicente Greco Filho
João Daniel Rassi

O COMBATE À CORRUPÇÃO

E COMENTÁRIOS À LEI DE
RESPONSABILIDADE DE
PESSOAS JURÍDICAS

(Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013)

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Wilson Imoto

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfico Marli Rampim

Impressão Barbra Gráfica e Editora

Acabamento Barbra Gráfica e Editora

ISBN 978-85-02-62280-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Greco Filho, Vicente

O combate à corrupção e comentários à Lei de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas (Lei n. 12.846, de 1ª de agosto de 2013) – Atualizado de acordo com o Decreto n. 8.420, de 18 de março de 2015 / Vicente Greco Filho, João Daniel Rossi. — São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Anticorrupção - Leis e legislação 2. Corrupção administrativa 3. Direito administrativo 4. Responsabilidade administrativa 5. Responsabilidade civil I. Título.

14-12858

CDU-35(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Anticorrupção : Direito administrativo
35(81)(094)

Data de fechamento da edição: 24-4-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punida pelo artigo 184 da Código Penal.

138.231.001.001

APRESENTAÇÃO.....	11
-------------------	----

COMBATE À CORRUPÇÃO

CAPÍTULO I – A CORRUPÇÃO E SEU TRATAMENTO JURÍDICO.....	15
---------------------------------------------------------	----

1. O conceito de corrupção	15
2. A corrupção no contexto internacional.....	17
2.1. A internalização das convenções no ordenamento brasileiro .	21
2.2. Corrupção e direitos humanos	22
3. A Lei de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas brasileira	24

CAPÍTULO II – NORMAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO	27
---------------------------------------------------------------------------------	----

1. Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – <i>Organization for Economic Co-operation and Development</i> (OCDE)	27
1.1. Recomendações no âmbito da OCDE	30
1.2. Mecanismo de monitoramento e acompanhamento da Convenção	32
2. A Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC) da Organização dos Estados Americanos (OEA)	33
2.1. Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) ...	37
2.2. Relatórios do MESICIC	38
3. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – (UNCAC)....	40
3.1. Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC)	42
3.2. Reflexos na legislação brasileira	43
4. <i>Foreign Corrupt Practices Act</i> (FCPA).....	43

4.1. Antecedentes históricos	43
4.2. Previsões legais	44
4.3. Pagamentos de facilitação	46
5. <i>Bribery Act</i>	47
6. O Mercosul e o combate à corrupção	49
7. A União Africana (UA) e o combate à corrupção	50
CAPÍTULO III – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E ÓRGÃOS PÚBLI- COS DE COMBATE À CORRUPÇÃO	51
1. O arcabouço legal brasileiro de combate à corrupção	51
2. A questão da corrupção privada	52
3. O crime de enriquecimento ilícito	61
4. Órgãos públicos de combate à corrupção	63
a) Controladoria Geral da União (CGU)	64
b) Tribunal de Contas	65
c) Outros órgãos no combate ativo à corrupção	67
CAPÍTULO IV – INICIATIVAS PRIVADAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GO- VERNAMENTAIS E ENTIDADES INTERNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO.....	68
1. As empresas privadas e as estratégias anticorrupção	68
2. <i>Compliance</i>	69
3. Do efetivo programa de <i>compliance</i>	74
a) Compromisso e envolvimento da Alta Administração	77
b) Aplicação de políticas anticorrupção claramente articuladas....	77
c) Código de Ética e Conduta	78
d) Políticas de procedimentos de <i>compliance</i>	79
e) Fiscalização, autonomia e recursos para o <i>compliance officer</i>	80
f) <i>Risk assessment</i> – Análise de riscos de <i>compliance</i>	80
g) <i>Due diligence</i>	81
h) Treinamento e aconselhamento contínuos	82
i) Canal confidencial (<i>hotline</i>) e investigações internas.....	83
j) Melhora contínua: revisões e testes periódicos.....	85
4. <i>Compliance</i> e direito penal	85
5. Iniciativas empresariais de luta contra a corrupção.....	91
a) Pacto Global.....	91
b) Pacto empresarial pela integridade.....	92
c) Iniciativa de Parceria contra a Corrupção (PACI – Partnering Against Corruption Initiative).....	93

d) Banco Mundial – <i>Manual para Pequenas Empresas</i>	94
e) TRACE International	95
f) Outras iniciativas específicas de determinados setores ou indústrias privadas.....	95
6. Organizações não governamentais brasileiras de combate à corrupção.....	99
7. Entidades internacionais de combate à corrupção	101
CAPÍTULO V – A CORRUPÇÃO E O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	103
1. O direito administrativo sancionador	103
1.1. A teoria diferenciadora entre os ilícitos penal e administrativo..	105
1.2. As teorias unitárias sobre a distinção entre o direito penal e o administrativo sancionador	108
1.3. Teoria quantitativo-qualitativa	112
2. Integração de regras de direito penal e administrativo sancionador..	114
CAPÍTULO VI – O CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA.....	116
1. Considerações iniciais.....	116
2. Conceito de administração pública	117
3. O conceito legal de funcionário público para efeitos penais previsto no art. 327 do Código Penal.....	119
3.1. O <i>caput</i> do art. 327	121
3.2. Extensão da interpretação do § 1º.....	123
a) Atividade em entidade paraestatal.....	124
b) Atividade típica da Administração Pública.....	126
4. O conceito de funcionário público na legislação penal especial	128
a) Lei de Licitações.....	129
b) Código Eleitoral.....	130
5. O funcionário público estrangeiro.....	131
COMENTÁRIOS À LEI N. 12.846, DE 1º-8-2013	
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	137
Art. 1º	137
1. A responsabilidade e a imputação jurídica	137
2. As empresas sujeitas à lei	141
Art. 2º	141

Art. 3º	143
Art. 4º	148
CAPÍTULO II – DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA	151
Art. 5º	151
1. O conceito de ato lesivo.....	152
2. A corrupção do inciso I.....	153
3. A participação nos atos lesivos.....	154
4. Dos atos lesivos relacionados à licitação e contratos públicos	155
a) Frustrar ou fraudar concorrência, mediante ajustes, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório público	155
b) Impedimento, perturbação ou fraude na realização de ato de procedimento licitatório	157
c) Fraude ou oferecimento de vantagem para afastar licitante	159
d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente	160
e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo .	161
f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais	161
g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.....	162
5. A conduta de dificultar a investigação ou fiscalização.....	162
6. Administração pública e agente público estrangeiro.....	163
CAPÍTULO III – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	164
Art. 6º	164
Art. 7º	167
1. Da aplicação das sanções.....	167
2. Dos critérios de aplicação.....	168
3. Da existência de mecanismos e procedimentos internos de controle	169
CAPÍTULO IV – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	171
Art. 8º	171

Art. 9º.....	173
Art. 10.....	174
Art. 11.....	178
Art. 12.....	179
Art. 13.....	181
Art. 14.....	182
Art. 15.....	183
CAPÍTULO V – DO ACORDO DE LENIÊNCIA	183
Art. 16.....	183
1. O acordo de leniência da Lei de Defesa da Concorrência	185
2. O termo de cessação de conduta da Lei de Defesa da Concorrência	188
3. O acordo de leniência da Lei Anticorrupção.....	193
Art. 17.....	199
CAPÍTULO VI – DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL	200
Art. 18.....	200
Art. 19.....	200
Art. 20.....	204
Art. 21.....	205
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS	206
Art. 22.....	206
Art. 23.....	209
Art. 24.....	210
Art. 25.....	211
Art. 26.....	213
Art. 27.....	213
Art. 28.....	214
Art. 29.....	214
Art. 30.....	215
Art. 31.....	216
REFERÊNCIAS	217
ANEXOS.....	225